10º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS EM SAÚDE

Oficina da Rede de Pesquisa em APS da ABRASCO

Atenção Primária à Saúde, Territórios e Crise Climática: Interculturalidade, Vulnerabilidades e Respostas do Cuidado no Século XXI

Local: Biblioteca setorial SUL - Térreo - Auditório Hall da Universidade Federal do Amazonas

Manaus, 16 de setembro de 2026 - Turno da Manhã

Cooperação em Redes Regionais de Pesquisa em Atenção Primária à Saúde: pertinência, escopo, dinâmicas de trabalho e temas de pesquisas

Objetivo: Fortalecer articulações interinstitucionais e redes regionais de pesquisa e de colaboração entre academia, serviços, controle social e gestão, contribuindo para a formulação de agendas de pesquisa, políticas públicas e práticas de cuidado sensíveis às realidades locais.

Coordenação: Luiz Augusto Facchini, Aylene Bousquat, Maria Helena Magalhães de Mendonça e Ligia Giovanella.

Parte 1: EXPOSIÇÕES

Breve histórico da Rede de Pesquisa em Atenção Primária à Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva e modos de funcionamento – Ligia Giovanella e Maria Helena Magalhães de Mendonça (Comitê Gestor da Rede APS).

A Rede de Pesquisa em Atenção Primária à Saúde (Rede APS) foi constituída em 2010, por iniciativa do Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde (DAB/MS), em cooperação com pesquisadores de instituições públicas de ensino e pesquisa do Brasil, representações do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (CONASS), do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde

(CONASEMS) e do Conselho Nacional de Saúde (CNS), com apoio da Organização Panamericana de Saúde (OPAS). Nos últimos anos, representantes de organizações de profissionais que compõem as equipes de Saúde da Família somaram-se ao Comitê Gestor da Rede, Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, Associação Brasileira de Enfermagem, Associação Brasileira de Enfermagem de Família e Comunidade, Associação Brasileira de Odontologia, Associação Brasileira de Saúde Bucal Coletiva, Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias. A Rede insere-se nos esforços de institucionalização do monitoramento e avaliação da atenção primária à saúde, iniciados ainda no início dos anos 2000 pelo DAB/MS, mediante financiamento de pesquisas, seja com recursos do Projeto de Expansão da Saúde da Família (PROESF), em 2003, a exemplo dos estudos de linha de base; seja com recursos próprios do governo federal, pela realização de três ciclos de avaliação externa, componente do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB), entre 2011 e 2018, que envolveu cerca de 40 instituições públicas de ensino e pesquisa.

A Rede APS tem, como fundamentos, a produção de conhecimento rigorosa e implicada com a defesa de uma atenção primária resolutiva, de base territorial e orientação comunitária, sustentada nos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). A Rede tem desenvolvido reflexão crítica e elaborado ações propositivas sobre os rumos da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e do modelo de financiamento da APS. Contrapôs-se, aos retrocessos da PNAB 2017, do modelo de financiamento do Previne Brasil por seus riscos de enfraquecimento da base territorial e orientação comunitária da APS no país. Organizou número especial da Revista Ciência & Saúde Coletiva sobre estudos acerca do Programa Mais Médicos realizados entre 2016 e 2017. A Rede APS tem participado ativamente das primeira e segunda edições da Conferência Livre e Democrática de Saúde que antecedem a Conferência Nacional de Saúde (17ª em 2022; e preparação para a 18ª em 2026), com a formulação de propostas de fortalecimento da APS.

Desde a pandemia de COVID-19, a Rede APS faz parte da Frente pela Vida. Pesquisadores da Rede APS sistematizaram e produziram conhecimento sobre o papel fundamental da APS no enfrentamento da emergência sanitária, contrapondo-se à descoordenação do governo federal naquele momento conjuntural. Em artigo de revisão publicado na edição comemorativa dos 25 anos da Revista Ciência & Saúde Coletiva, pesquisadoras da Rede APS verificaram que a pesquisa da APS no Brasil cresceu em

consonância com a expressiva expansão da Estratégia Saúde da Família (ESF), destacando-se entre as temáticas da área de política, planejamento e gestão que conforma o campo da Saúde Coletiva brasileira.

Do ponto de vista de seu funcionamento, o Comitê Gestor da Rede APS caracteriza-se pelo estabelecimento de relações horizontais entre pesquisadores, gestores e representantes de organizações profissionais e do CNS. Não há uma estrutura burocrática, há apoio técnico para o manejo do site, edição de boletins informativos, seminários, webinários, cujas pautas são decididas em reuniões mensais on-line do Comitê Gestor da Rede APS e buscam contribuir para a disseminação de informações úteis para o processo decisório a respeito das políticas associadas à APS no contexto do SUS. Há que se destacar, também, a publicação da APS em Revista, revista científica da Rede APS.

No momento atual de reconstrução do SUS e da APS, a Rede APS em cooperação com a Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS/MS), busca iniciativas de apoio à constituição de redes regionais de pesquisa em APS. A realização do 10º Congresso Brasileiro de Ciências Humanas e Sociais em Saúde em Manaus constituiu-se numa oportunidade de pautar esse tema na região Norte. Como foi apresentado no dia anterior, há estudos realizados na região com participação e ou liderança de pesquisadores locais, que têm tratado da APS e muita potência de colaboração interinstitucional entre academia e serviços de saúde, com a participação de movimentos sociais. Portanto, propôs-se a discussão sobre a pertinência, dinâmicas de funcionamento e temas prioritários para a constituição da Rede Regional de Pesquisa em APS na Região Amazônica.

Redes regionais de pesquisa no Brasil - Aylene Bousquat (Comitê Gestor da Rede APS e coordenadora da área de Saúde Coletiva da CAPES).

Foram destacados três aspectos quanto à constituição de redes regionais de pesquisa em APS no Brasil, a partir da reflexão da expositora sobre a experiência que tem vivenciado na coordenação da área de Saúde Coletiva na CAPES:

1. Distribuição da ciência no país.
2. Importância da constituição de redes regionais de pesquisa.
3. Notícias da reunião do Fórum de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da ABRASCO reunido no 10º Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde**.**

Há uma distribuição desigual da produção científica no Brasil, provocada pela concentração de instituições públicas de ensino e de pesquisa nas regiões Sudeste e Sul, o que historicamente tem concentrado o financiamento dos estudos nessas organizações. Esse padrão relaciona-se com o modo de produção capitalista, gerador de iniquidades socioeconômicas que também atingem a produção científica.

Apoiar a produção de autonomia e assegurar o protagonismo da produção de conhecimento por pesquisadores segundo regiões do país é uma necessidade urgente. Ademais, as especificidades loco-regionais trazem novas perguntas de investigação, a serem respondidas em seus contextos por seus pesquisadores. Portanto, é central, a constituição de redes regionais de pesquisa no Brasil. No caso da pesquisa em APS, é pertinente e oportuna a criação de uma Rede de Pesquisa em APS na Amazônia.

Por fim, a professora Aylene Bousquat informou a criação do Fórum de Coordenadores de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Região Amazônica da ABRASCO como resultado dos debates ocorridos no dia anterior em oficina específica desse coletivo, considerando-se a necessidade de potencializar a atuação dos programas nessa região, com ênfase na produção de conhecimento implicado com as necessidades loco-regionais.

Parte 2: CRIAÇÃO DE UMA REDE REGIONAL DE PESQUISA EM APS NA AMAZÔNIA LEGAL

Trabalhos de grupo e debate com encaminhamentos em plenária

Inicialmente, os participantes foram divididos em três grupos de trabalho para a discussão sobre a pertinência, escopo, dinâmica de trabalho e governança de uma Rede Regional de Pesquisa em APS da Amazônia Legal. A sistematização desse debate e proposição de encaminhamentos ocorreu no momento da plenária.

A ideia de constituir redes regionais parte da compreensão que podem fomentar ampliação e qualificação da pesquisa em APS fortalecendo a cooperação acadêmica, gestão e serviços, reduzindo as assimetrias regionais na produção do conhecimento implicado e na translação do conhecimento para a gestão do SUS. O propósito é qualificar a pesquisa em APS e a articulação com a gestão do SUS, contribuindo para a formulação de políticas informadas por evidências para a plena implementação dos princípios do SUS e do modelo assistencial da ESF em sua abordagem comunitária, territorializada que alia o cuidado individual oportuno de qualidade coordenado na RAS com o cuidado coletivo

para a proteção, promoção e recuperação da saúde conforme reza o artigo 196 da Constituição Federal de 1988.

Os participantes reuniram-se em três grupos de trabalho e foram convidados a debater sobre a **pertinência** da constituição de uma Rede Regional de Pesquisa em APS da Amazônia e a propor **escopo de atuação**; **dinâmica de trabalho** e **governança**; e **temas prioritários** para uma **agenda de pesquisa**. Cada grupo foi apoiado por uma facilitadora e uma relatora indicados pela Rede APS e pelo Ministério da Saúde (Ana Luiza Vilasbôas (UFBA) e Jéssica Costa (SAPS/MS); Elaine Tomasi (UFPel) e Elisandrea Kemper (SAPS/MS); Ligia Giovanella (CEE/FIOCRUZ) e Maíra Scavazza (SAPS/MS). A sistematização desse debate apresenta-se a seguir.

PERTINÊNCIA DA CRIAÇÃO DA REDE

Todos os grupos defenderam e apoiaram a criação da Rede Regional de Pesquisa em Atenção Primária à Saúde da Amazônia Legal, ultrapassando as fronteiras administrativas da região Norte, agregando os estados do Mato Grosso e parte do Maranhão. Entre as justificativas para a criação da Rede APS Amazônia Legal, debatidas entre os participantes, destacaram-se:

- Fortalecimento das universidades para expansão de estudos sobre APS na Amazônia legal, com integração entre a produção de conhecimento para informar a tomada de decisão para a implementação da APS nesse território.
- Interiorização da realização de pesquisas e estudos, de modo que as demandas locais tenham visibilidade, com retorno real aos territórios. No estado do Amazonas em apenas em sete municípios, o transporte é terrestre. Os demais 55 precisam de algum tipo de embarcação ou avião. A saúde precisa chegar nesses lugares, a APS é tudo que se tem nesses lugares e ela precisa ser resolutiva e garantir o acesso da população aos serviços de saúde. A APS tem que dar conta do território como ele é e não deformá-lo. Atualmente a produção de dados nacionais, o levantamento de dados dos sistemas, e as perguntas são trazidas de um ponto de vista que não comporta as diferenças e peculiaridades locais –o foco na produção de informação é a partir do sul e sudeste, o que torna invisível o contexto e necessidades específicas das outras regiões do país.
- A criação da Rede traz possibilidades de apoio e cooperação das universidades à gestão do SUS em seu recorte regional.

ESCOPO E DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO DA REDE REGIONAL DE PESQUISA EM APS DA AMAZÔNIA LEGAL

- Propõe-se que as pesquisas sejam orientadas pelas necessidades locais de saúde. Demandas que venham de quem está no local - usuário, gestor, trabalhador, o que pressupõe a criação de escuta desses grupos.
- Elaborar diagnóstico situacional sobre o mapeamento das produções científicas e outras iniciativas de produção de conhecimento e de saúde da região. Identificar pesquisas cujo financiamento esteja sob controle de pesquisadores da região.Identificar grupos e linhas de pesquisas locais, programas de pós-graduação em saúde coletiva e outros de natureza interdisciplinar existentes na Amazônia Legal. Identificar participantes de redes vinculadas à SGTES/MS (Prof Saúde, VerSUS, Pet-Saúde, Residências, entre outras)
- Identificar coordenadores/facilitadores/animadores do Censo Nacional de UBS 2024 interessados em participar da Rede.
- Iniciar o trabalho da Rede com a divulgação da análise dos dados do Censo Nacional das UBS relativa aos territórios da Amazônia Legal em eventos on-line.
- Criação de espaços de produção e popularização do conhecimento científico sobre pesquisas elaboradas por pesquisadores da região, com a Rede APS cumprindo um papel de apoio nesse processo.

GOVERNANÇA DA REDE REGIONAL DE PESQUISA EM APS DA AMAZÔNIA LEGAL

No debate sobre governança, defendeu-se que pesquisadores da região Norte assumam a condução da rede. Considerou-se importante que, além de pesquisadores, a rede incorpore movimentos sociais, representantes comunitários, trabalhadores da saúde e de outras áreas que se relacionam com a produção da saúde e da pesquisa em saúde, a exemplo das ciências humanas e sociais, engenharia florestal, estatística, ciência de dados, entre outras. Discutiu-se se caberia à Rede APS um papel de matriciamento ou de integração em relação à nova rede, e cogitou-se a figura de animadores, sustentados por recursos de fomento, para organizar a estruturação da Rede Amazônia Legal. A seguir, apresentam-se as propostas debatidas sobre a governança dessa Rede.

- Conformação da Rede Regional

- Formação de comitê gestor com grupo ampliado: representantes do controle social, entidades consolidadas de representação social (lideranças dos povos originários, por exemplo), COSEMS, SES, representações locais, comissão de integração ensino e serviço; profissionais da região, profissionais da Rede APS, SAPS/ MS.
- Constituição de grupo operativo com profissionais da região, profissionais da Rede APS e representantes da SAPS/ Ministério da Saúde.

TEMAS PRIORITÁRIOS DE PESQUISA (a serem debatidos e decididos com lideranças de povos originários e outras representações sociais relevantes)

- Utilização de temas da Agenda Saúde da COP 30 para a realização de estudos em APS na Amazônia Legal.
- Efeitos das mudanças climáticas no sistema de saúde.
- Eventos climáticos extremos. Como os eventos climáticos afetam o sistema e o funcionamento dos serviços de saúde. Eventos climáticos não são um tema em saúde, são um atravessamento na saúde, portanto, deve ser tratado de modo transversal na formulação e implementação de políticas públicas.
- Acesso aos serviços de saúde segundo a realidade do território amazônico.
- Urgência e Emergência e APS.
- APS e suas relações com atenção de média e alta complexidade para recomendar alternativas de fortalecimento da coordenação do cuidado considerando as peculiaridades da Amazônia Legal.
- Custos da APS na Amazônia Legal: desafios de transporte para deslocamento de profissionais e usuários, pois o custo é muito alto.
- Identificação de padrões de qualidade do cuidado na Amazônia Legal.
- Determinação social do feminicídio na Amazônia Legal.
- Estudos sobre experiências inovadoras existentes na Amazônia: UBS Floresta, Caps fluvial, dispositivos e tecnologias sociais (energia solar), parcerias com movimentos sociais e ONGs.
- Estudos sobre especificidades da Região que reproduzem desigualdades: a exemplo da determinação social das violências (patriarcado, consumo excessivo de álcool e outras drogas e conflito da terra).
- Estudos sobre APS nos caminhos das águas, áreas de fronteira e áreas

remanescentes de quilombos.

- Estudos sobre educação popular na APS.
- Estudos sobre espaços informais de produção de saúde, aparatos e conhecimentos da comunidade que não são oficialmente incorporados na rede.
- Estudos sobre efeitos de agrotóxicos sobre a saúde da população.
- Impactos das emendas parlamentares sobre a APS na Amazônia Legal.